

Ata de reunião de grupo de trabalho – Conselho Gestor APA Costa Brava

Local: Associação de Moradores do Bairro do Estaleiro - AME

Data: 04/12/2019.

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de 2019, com primeira chamada as 19:15 horas, iniciou-se a reunião de trabalho, com os presentes, conforme lista de presença anexa. Sra. Maria Heloisa fez a abertura da reunião dizendo que por e-mail, só houve uma manifestação de alteração onde foi absorvida e corrigida a ata e não havendo mais nenhuma manifestação a ata foi trazida para assinatura. Após a mesma pediu que dessem prioridade aos assentos para os conselheiros do Conselho Gestor da APA, uma vez que a reunião é do conselho, aberta ao público. Passou algumas informativas sobre alterações de membros do conselho, como a UNIAVAN que enviou a Débora Cristine Baumgarten como representante, que já veio em uma outra reunião, mas a portaria de nomeação dessas pessoas saiu hoje (04/12). Também no turismo com 2 novos membros: Lucas Weber e o Marcelo Antônio Damião e a ACIBALC com 2 novos conselheiros: Paulo Roberto Mendes de Oliveira Juneck e o Benvindo Oliveira. Estando todos empossados para fazerem parte do conselho. Passado as primeiras informações a Secretária Municipal do Meio Ambiente seguiu falando do principal tema da noite que era apresentar o trabalho que foi realizado pelo grupo de trabalho de zoneamento. Recordando que foi decidido em uma reunião de uma forma consensual, votada e aprovada por todos, de dividir o trabalho de análise de dois produtos que tinham sido encaminhados no Conselho Gestor em tempos passados e fazer uma análise desses dois documentos apresentando uma proposta que unisse as informações. Foram criados dois grupos de trabalho com membros do Conselho Gestor da APA, com auxílio dos funcionários efetivos da prefeitura na Secretaria do Meio Ambiente com o grupo de diagnóstico que se reuniu na SEMAN e com o grupo do zoneamento, que é o mesmo grupo que vai analisar e sugerir os planos de programas, que se reuniu no planejamento. Fizemos apresentação das sugestões de alteração do plano de manejo com relação ao diagnóstico, foram apresentadas aqui e já foram inclusive encaminhadas, como acordado em uma audiência com o Ministério Público, que encaminharíamos ao professor Poletti e sua equipe para fazerem as alterações sugeridas. O mesmo e sua equipe já estão trabalhando nesse diagnóstico, aguardando o zoneamento e os planos de programa para fazerem as devidas alterações. Seguiu a palavra ainda com a Maria Heloisa explicando o trabalho que iria ser apresentado e depois a dinâmica da reunião. Falou que a apresentação hoje é o resultado destas reuniões que aconteceram no planejamento, frisou a importância em dizer que essas reuniões foram muito maduras com uma análise muito técnica e nem sempre foram consensuais. Explicou como foi encaminhado o processo onde a idéia sempre foi analisar os documentos: o que foi apresentado pelo Grupo "APA Que Queremos", proposta de Plano de Manejo e consulta pública. Disse que do trabalho da "APA Que Queremos" foi absorvido uma grande parte das diretrizes indicadas. Disse também que do plano de manejo, os zoneamentos foram absorvidos e ampliados porque o plano de manejo da Ecolibra trazia alguns zoneamentos e que foi visto a necessidade de ampliar e criar mais zonas, inclusive do que havia no plano de manejo, parece ter uma divisão melhor dentro desse novo urbanismo, que foi muito conversado nas reuniões. Continuou dizendo sobre a manutenção das áreas vegetadas, em detrimento da área permeável que não se trabalhou com área permeável, mas sim vegetada. E que a idéia da finalização do trabalho que será apresentado, se tivesse mais tempo, iriam ter mais três ou quatro reuniões, pois ainda faltaram alguns detalhamentos de alguns zoneamentos importantes para se discutir. Frisou a data limite da

reunião de hoje, que foi definido um critério ali em algumas zonas padrão, apesar de saber que algumas áreas precisavam um olhar um pouco mais pontual. Falou inclusive para quem não faz parte do conselho gestor e tem investimentos na área que o que será apresentado hoje, não é uma proposta fechada e essa proposta será apresentada para o Conselho Gestor da APA e como o Conselho Gestor formava os grupos de trabalho juntamente com os braços dos funcionários efetivos da Secretaria do Meio Ambiente e do Planejamento, porém o restante do conselho gestor não estavam sabendo o que estava acontecendo. Seguiu dizendo que trouxe a proposta fechada como foi trabalhado, para apresentar ao Conselho Gestor onde se manifestará para trazer as contra propostas. Disse que o que for apresentado hoje, terá o momento de contra proposta. Após falou como será a sugestão da dinâmica da reunião. Apresentou o Fabio, funcionário efetivo da Secretaria de Planejamento, arquiteto urbanista também o Rafael como arquiteto urbanista, como os que apresentarão o trabalho. Informou que só permitirá interrupções na apresentação, daquele grupo de trabalho, com o objetivo de complementar algo que o Rafael ou o Fabio esquecerem de falar por algum motivo e que encerrada a apresentação será aberta a manifestação para cada conselheiro por 2 minutos, que em momento algum o grupo de trabalho vai tentar convencer ou discutir propostas contrárias. Disse que se houverem questionamentos será respondido. Informou também que será aberto para manifestação em 15 minutos aos que não são membros do conselho (1 minuto por pessoa). Seguiu dizendo que encerrada essa dinâmica partimos para um outro momento, o da votação das datas para as apresentações das contra propostas. Disse que será deliberada a data até o recebimento dessas contra propostas e que será votada a data da próxima reunião para a apresentação das contra propostas de alteração de proposta inicial para votação. Informou a todos que não são do conselho e precisarem serem representados de alguma forma, buscarem um conselheiro para pedir que ele traga a sua deliberação. Falou também que quando retornarmos na próxima reunião, voltaremos para uma nova análise, que vai decidir o zoneamento. Falou da demanda judicial que temos que atender, que é fevereiro de 2020, onde temos que apresentar o plano de manejo aprovado. Após explicada a dinâmica da reunião iniciou a apresentação do trabalho com o Fabio, falando sobre os componentes que participaram do grupo de trabalho que são 4 arquitetos urbanistas na Secretaria de Planejamento efetivos, além de outros membros conselheiros. Que usaram por base o diagnóstico desenvolvido pelo estudo da Ecolibra, além das informações que tinham na Secretaria de Planejamento que subsidiaram esse trabalho. Informou que pelo diagnóstico, temos potencialidade na área, temos uma área com alto potencial turístico, presença de recursos naturais, potencial paisagístico ecológico, potencial para desenvolvimento sustentável. Disse que dentro do diagnóstico temos também fragilidades nessa área: área de baixa intensidade populacional, uma questão recorrente dos moradores e de quem convive naquela área que é a baixa densidade que isso traz. Baixo nível de infraestrutura e baixo nível de serviços essenciais (dificuldade em ter uma padaria, uma creche, um posto de saúde, uma farmácia, um banco, nos traz uma dinâmica de movimento com o centro da cidade, ou seja, moradores para o centro, centro para moradores para os seus dormitórios. Falou da importância em trazer o resgate da lei que criou o APA, que tem seus objetivos definidos e citou os objetivos: - Proteger as nascentes e os cursos das águas existentes, a questão da água é muito importante para o motivo da criação da APA; - Garantir a conservação da Mata Atlântica; - Proteção da fauna silvestre, como consequência dessa preservação; - Melhorar a qualidade de vida da população residente; - Fomentar o turismo ecológico; - Preservar a cultura, ou seja, as tradições locais vinculadas pela questão social. Apresentou sobre alguns conceitos urbanos: - Cidades compactas, trazer para um território menor a cidade cria dinamismo. Disse que infelizmente a parte da APA está fora dessa concentração de atividades,

W.

Diana

BM

SG

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

infraestrutura e lazer; - Centralidade e distâncias caminháveis, o urbanismo atual trabalha muito a questão da cidade poli Centrica, então são várias centralidades, não é uma centralidade como o centro da cidade e o resto é periferia. Cada bairro tem o seu minicentro que tem as atividades que geram o dia a dia, seja uma padaria, uma farmácia, etc. A distância caminhada trata a cidade como humano, a escala humana, todos somos pedestres, onde deixa o carro e vai caminhando; - Novo urbanismo, ou seja, as cidades ou as comunidades elas querem trabalhar com o sistema de escala, onde tu sai do ambiente natural até aquela centralidade e volta para o ambiente natural, que reproduz essa cidade poli Centrica, onde tem uma baixa densidade em áreas mais afastadas e concentra essa população em atividade numa área mais definida da comunidade. Falou que nesse caso o trabalho será da parte natural até a parte mais construída, onde começa a se trabalhar a parte da APA, onde conseguimos ver a relação de cada um dos bairros, de cada uma das praias, dentro desse processo. Citou a praia de Taquarinhas sendo uma área mais de preservação, com uma baixa densidade e uma outra atividade vinculada ao turismo. A praia do Pinho da mesma forma, uma área natural com uma baixa densidade de ocupação. A praia de Taquaras tendo uma pequena centralidade. A praia do Estaleiro e Estaleirinho tendo uma centralidade um pouco mais reforçada. Falou que o novo urbanismo tem outras zonas que não se adequam a questão da APA, onde entra em centros urbanos, que seria o centro de Balneário Camboriú. Falou sobre o zoneamento econômico ecológico ou ecológico econômico, onde pegou a área da APA e foi muito baseada no diagnóstico. Disse que o primeiro trabalho que foi realizado no grupo de trabalho foi validar os zoneamentos que foram definidos no trabalho que foi apresentado pela Ecolibra, que foi justamente identificar as áreas que são diferentes entre si. Seguiu passando zona a zona. Onde iniciou com a ZP1 (Zona de Proteção Montanhosa) que foi definida acima da cota 50m com uma restrição de ocupação, a intenção dessa restrição é manter a paisagem natural, manter a região que estão concentradas as nascentes e principalmente a questão paisagística que é o que traz essa vocação de turismo ecológico, turismo sustentável. A ZP2 (Zona de Proteção Especial de Transição) foi definida com uma ocupação de 10%, gabarito de 2 pavimentos, aproveitamento de 0,2, taxa vegetal de 70%, o lote mínimo ficou de 2000m² e o uso sustentável obrigatório. A ZP3 (Zona de Proteção Especial dos Acessos) repete muito a ZP2 e é uma área que é para ser de proteção a mata. Outro ponto que foi visto foram as APEPAS (Área de Proteção Especial da Paisagem) tem a área de Taquaras e do Pinho, Estaleiro e Estaleirinho e a parte mais do Estaleiro que fica entre Estaleiro e Itapema. Essa área foi vocacionada e tem uma vocação paisagística muito forte para atividades que protejam a paisagem, vem ao encontro de proteger a paisagem que temos naturalmente na praia, mas trazendo o uso sustentável pra isso onde foi incentivado o uso de gastronomia e hotelaria e o uso de residências em condomínios para que essa área seja protegida e a paisagem seja mantida. Temos uma taxa de ocupação que varia de 5% a 10% dependendo da atividade, gabarito de 2 pavimentos, índice de aproveitamento 0,2 e a taxa vegetal de 75%, lote de 5000m² e o uso sustentável também nessa área. Foi visto a APETA (Área de Proteção Especial de Taquarinhas), que na proposta da APA que queremos já trazia Taquarinhas como uma área especial com o Parque Ambiental de Taquarinhas com uma utilização específica para turismo ecológico, alguma questão gastronômica, mas com uma PPP e com restrição de ocupação, temos outra área que é especial que é a área da pedra, então criação de um parque ambiental, da mesma forma utilização para turismo ecológico, multieventos, alguma outra atividade vinculada a intenção original e sem ocupação de habitação. Falou das ZC (Zonas de Conservação) onde a ZC1 (Zona de Concentração Prioritária) ficou definida: praias – faixa de 33m da preamar SPU; costões – faixa de 80m da Preamar SPU e restrição de ocupação. Na ZC2, começamos a entrar no conceito de centralidade, dividimos as praias em bairros com exceção

da Praia do Pinho e Taquarinhas que tem uma área mais vocacionada para o turismo ecológico. Então ficou Estaleiro, Estaleirinho e Taquaras. A ZC2 (Zona de Concentração Especial Centralidade Taquaras) ficou com uma ocupação de 50% da área, gabarito 3 pavimentos, índice de aproveitamento de 1,5, taxa vegetal de 25%, lote mínimo de 500m², uso sustentável é incentivado através de índices. Na ZC3 (Zona de Concentração Especial Centralizada Estaleiro-Estaleirinho) são similares Estaleiro e Estaleirinho onde ficou com ocupação 50%, gabarito de 5 pavimentos, índice de aproveitamento de 2,5, taxa vegetal de 25%, lote mínimo de 500m², multiuso e uso sustentável incentivado. Toda a zona restante, a zona plana até a cota 25%, que é a zona de proteção de amortecimento e a centralidade e a parte da faixa costeira é a ZC4, que é a grande área ocupável. A ZC4 ficou definida com uma área de ocupação de 40%, gabarito de 3 pavimentos, o índice de aproveitamento de 1,2, taxa vegetal de 40%, lote mínimo de 500m², multiuso e uso sustentável incentivado através do índice de aproveitamento. Entrou na questão dos conceitos que tem o urbanismo onde a medida que tem densidade populacional, tem aumento de pessoas residentes, tem que ter atividades vinculadas, seja ela de trabalho, lazer e moradia (já está contemplada no zoneamento). Falando do lazer, falou das áreas verdes que tem potencial para se tornar áreas verdes, tem um diagnóstico pra isso. Para se viabilizar essas áreas o mais óbvio a se pensar é o desapropriamento, mas há também áreas que não foram parceladas, não foi aprovado loteamento e nem desmembramento (áreas grandes), quando elas forem empreender serão obrigadas pela lei federal a doar áreas públicas, doar um percentual para criar esses parques, para criar sistema viário, para criar áreas institucionais. Da mesma forma que tem área de lazer, temos as áreas culturais, áreas de educação, de saúde que são chamadas áreas institucionais. Elas estão localizadas onde já existem uma atividade pública de ensino, de saúde, entre outras, em áreas não parceladas. Não são áreas congeladas, são áreas vocacionadas para determinadas atividades. Sobre as diretrizes viárias, falou que temos que trazer permeabilidade de mobilidade urbana e que essa permeabilidade vem através das diretrizes. Chamamos de diretrizes viárias, porém não necessariamente são diretrizes que passam carros, são conexões urbanas. Muitas delas estão previstas no plano diretor 794/2008, muitas vieram do projeto APA que queremos. A viabilização dessas áreas é igual a das áreas verdes. Falou da importância de elencar no plano de manejo o prazo que o executivo municipal tem para criar projetos para essas diretrizes, seja ela de acesso, de pedestre, de veículos com o traçado ideal. Foram mostradas imagens conceituais de centralidade para desmistificar a questão dos 5 pavimentos, onde não prejudica a vista, a morraria. Quando falamos sobre questão de zoneamento, índice, nos traz uma questão de conta matemática, conforme aumentamos área ocupacional e várias situações muda toda a questão de infraestrutura e população. Vendo por essa forma trouxemos a Praia de Taquarinhas sem ocupação residente, Taquaras vai até 10800 residentes, Praia do Pinho tem área bem rarefeita de 355 habitantes, Estaleiro tem uma área para 38950 habitantes, Estaleirinho tem uma área para 22593 habitantes. Foram mostradas as densidades de cada área, em Taquaras chegamos a 4500 hab/km², Praia do Pinho 714 hab/km², Estaleiro 10843 hab/km² e Estaleirinho 10271 hab/km². Essa faixa de 10000 hab/km² é muito abaixo da recomendação para a cidade se desenvolver. Terminada a apresentação, foi dada a palavra para a secretária do meio ambiente. A mesma sugeriu que quando for feita a contraproposta seja analisada e venha baseada em todas as alterações que serão feitas se forem alterados alguns índices em relação a população e infraestrutura. Tendo que ter em mente os objetivos da criação da APA, sabendo que a alteração de um zoneamento reflete na APA toda. Foi aberta para manifestação dos conselheiros em ordem alfabética por 2 min cada membro: ACIBALC -; AOCEANO -; Associação da Praia do Pinho - Djan disse participou de algumas reuniões do grupo de

P:

Alcides

AM

Djan

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

conseguirmos trazer essa proposta. Não tenho muito a acrescentar, nessa proposta, voto com o Lu. Temos algumas coisas pra melhorar com certeza, precisaríamos ter mais umas 4 reuniões para apresentar o zoneamento dessas pontas que não estão bem definidas, mas já conta com uma proposta bastante interessante, que na proposta posterior iremos apresentar; CRECI – Maurício - antes de começar, gostaria de corrigir o Fabio e até mostrei pra ti a questão do arruamento, na nossa proposta não delimitamos ruas traçando em qualquer ponto. Houve uma parte no meio do processo que nós sugerimos que algumas conexões, elas gerariam exatamente esse resultado. Mas não que nós teríamos colocado aqui como sugestões, até porque não queríamos causar polêmica de estar passando uma rua no meio do terreno de alguém que depois vai ficar uma mancha e não se sabe quando a prefeitura vai indenizar ou não. Vejo que são muitas ruas, não vejo tantos loteamentos para indenizar essas ruas. Já que a proposta veio do executivo a pergunta é: tem dinheiro pra indenizar? É muito dinheiro que estou vendo aqui, tanto nas ruas quanto aos parques. O meu medo é de as pessoas ficarem com seus imóveis congelados. A questão dos morros, não cabe a restrição total, deveria ter um índice menor para a morraria, inclusive pra poder fazer índice. Como ficariam os índices de cima? Eles virão pra baixo? Em referência a densidade calculada eu gostaria de saber qual o tamanho das unidades que levaram aquele número? Por que no nosso cálculo pra chegar a 23000 pessoas chegamos há 80 anos, usando uma taxa de crescimento de 4% ao ano e a Ecolibra teve um cálculo enorme em cima de 50m², que dá uma diferença enorme. Já citei que as residências da região são 150 a 250m², que dá uma diferença absurda na questão. Faltou calcular quando será essa densidade. Estamos aqui mais de 100 anos pra chegar 3000 habitantes, acredito que levará muito mais tempo. Teria várias coisas pra acrescentar, mas o tempo não me permite; Fundação cultural – passa; ICCO – passa, nada a acrescentar; IDEIA – passo; IMA – eu participei praticamente de 50 a 60% das reuniões tanto do diagnóstico quanto do zoneamento, foi um trabalho bastante produtivo das duas partes. Quero parabenizar toda a equipe que estava envolvida, a prefeitura municipal por ter disponibilizado a mão de obra. Algo que eu sempre falei no grupo, que é uma unidade de conservação municipal e o município tem técnicos capacitados para auxiliar a construir as diretrizes necessárias para o manejo dessa unidade de conservação. Com as ferramentas e o tempo que tínhamos em mão realizamos um trabalho muito bom, bastante produtivo, principalmente conceitos e diretrizes. Talvez um refinamento das questões com relação ao posicionamento de vias ou parques, algo que é um pouco mais polêmico. Necessitaríamos de fato, mais um mês ou dois para concluir esse trabalho, mas não tenho nada a acrescentar. Fico bastante feliz com o trabalho desenvolvido, dentro das propostas existentes acredito que essa chegou mais próximo do possível. A situação que nos encontramos de um processo paralisado e vislumbrando uma revisão daqui 2 anos, temos que ter isso em mente na hora da votação e na hora de selecionar qual a melhor opção. De um modo geral, estou bem feliz pelo projeto e agradeço em participar; OAB – boa noite a todos, a princípio tivemos um grande desenvolvimento com a apresentação desse trabalho, queremos mesmo que se destrave essa APA, para o pessoal ter uma vida normal e voltar a ter uma situação mais calma nessa região. O que vamos observar é a questão das áreas verdes para ver como vai funcionar as indenizações dos proprietários, se esse gabarito ficou bom ou não. Queremos também que se defina um prazo para talvez na primeira ou segunda semana de janeiro nós consigamos votar para satisfazer os anseios da população; Polícia Militar Ambiental – uma proposta bem equilibrada, embora bem técnica, parabéns a equipe que elaborou. Ao nosso ver vai trazer muita especulação quando começar a ser implantada, então dar uma atenção especial as áreas suscetíveis a invasões. As áreas que tem restrições devem ser mantidas, esse é o objetivo da APA, mas unindo as forças será bem desenvolvido e será um bom trabalho. Parabéns a equipe, a proposta está bem equilibrada;

Quilombola –; Secretaria de Obras –; Secretaria de Turismo –; Secretaria de Planejamento –; SINDUSCON – quero parabenizar a equipe que fizeram parte do projeto, não pudemos participar, mas vimos que foi desenvolvido com critérios, pela qualidade das diretrizes em torno do projeto. Tem algumas coisas que temos que ser realistas, o índice da centralidade começa com o desenvolvimento, da atração imobiliária. Temos que cuidar, ser mais cautelosos com as aberturas das ruas, as quadras ficaram muito grandes. Acho que exageraram nas reservas que temos em frente a praia, pelo o que eu vi vai custar mais de 40 milhões de reais só na parte do estaleiro. Hoje a prefeitura está com tanto projeto para indenizar, que vai passar mais de 10 anos e não dará conta de pagar tudo. Se formos um pouco mais realistas conseguimos e como tem muito loteamento para abrir condomínio, que exijamos deles que um pedaço para fazer várias praças e eventos turísticos do que ter uma área muito grande e não conseguir, menores fica mais viável; Taquarinhas – ainda está aqui no grupo; UNIVALI – boa noite a todos, eu tenho acompanhado muito no final, 6 meses que estou no grupo, trabalhamos bastante, foi uma manifestação democrática, aberta, transparente, as pessoas se manifestaram. O interessante é falar da área verde que é muito extensa, dará 75 hectares, é muita terra, os projetos de paisagismo e jardinagem podem ser feitas com espécies nativas, até pra não criar uma nova identidade da APA, valorizar a vida vegetal e a fauna que temos aqui inclusive operando em nome de ruas valorizando a cultura dessa parte de Balneário Camboriú. Os objetivos colocados para a criação da APA já determinam muito claramente a vocação ecológica, econômica e ambiental desse pedacinho do território, tem tudo a ver com sustentabilidade. Pelo o que eu estive vendo em projetos arquitetônicos e nas escrituras públicas não desto da matriz maior que é a paisagem natural que ainda está ali. Quero agradecer a oportunidade que o grupo me deu, essa discussão eu tenho levado para a sala de aula e tem enriquecido as minhas aulas e minha vida. Após todos os representantes das cadeiras do conselho a palavra retornou a Maria Heloísa deixando claro que o fato das diretrizes viárias não necessariamente são ruas, posso dentro de um terreno que será feito um hotel ter um passeio boulevard ou passeio San Miguel que uma quadra a outra e essas áreas verdes não necessariamente são área exclusivas de vegetação. Elas se adaptam muito bem a apresentação de projetos especiais, por exemplo uma roda gigante. Aqui não necessariamente seria um ponto de vegetação sem utilização nenhuma. Pediu para o Fabio responder os questionamentos do Maurício. Fabio seguiu respondendo uma pergunta sobre a densidade populacional, da população X projeção, disse que realmente a Ecolibra usou 50m² a varrer como unidade mínima. Se vocês depois olharem as tabelas, eu não consegui ir muito a fundo nisso, mas tem as tabelas que fazem a projeção. A grande área plana, a gente tem um fator K que determina um número de unidades que foi estabelecido pra 120m² e as áreas que são mais rarefeitas ou as áreas de morraria que tem foi considerado com relação a lote mínimo, pra justamente estabelecer uma relação mais próxima com o grão que tem nessas regiões. Na centralidade também tem na mesma forma por fator K que é mais baixo e entra na proximidade de 50m² a unidade mínima privativa. Isso já é extrapolando o que a Ecolibra chamou de temporada, de área de verão. As ruas, a Heloisa já respondeu, nem todas serão passíveis de indenização, como eu disse anteriormente, muitas dessas áreas são aéreas que não foram parceladas e essas áreas terão que abrir ruas e essas ruas necessariamente passam para a aprovação do executivo municipal na localização delas. Então tu já ter uma diretriz direcionando aonde se passa esses arruamentos, ajuda até o empreendedor que quer empreender o loteamento. Então essas ruas elas não são indenizadas, elas são doadas para que se faça o loteamento, potencializando o teu empreendimento. Claro que tem situações em que há essa desapropriação e isso tem que ser indenizado por uso de um lote privativo para abrir uma rua, porém o que entendemos e diferente do que foi feito na tortinha, na via

nr:

Heloisa

AM

Sof:

[Handwritten signature]

0 1 2

0 1 2

[Handwritten signature]

alternativa é o não congelamento dessas áreas. O congelamento se dá a partir do momento em que há um projeto executivo definindo qual é o traçado, a topografia, o projeto geométrico da via que vai conectar esse ponto a esse ponto através das diretrizes colocadas. A diretriz macro está dizendo, conectar esse lado a esse lado e esse projeto aí sim quando for pra executar ela, faz se um decreto de desapropriação e congela ela. Acredito que as estratégias corretas, não é congelar simplesmente quando se tem uma diretriz e sim quando se tem uma implantação marcada pra acontecer. Maurício interrompe dizendo que a partir do momento que o prefeito diz: vou fazer... Fabio continua dizendo a partir do momento que se tem um projeto do executivo. Maurício diz então seria uma sugestão que se tenha no futuro ruas, etc., etc. Maria Heloisa frisa que ela não é um momento definido, é uma diretriz viária, ela não congela nenhum imóvel, ela dá possibilidade de absorver os projetos existentes e esses projetos se encaixarem dentro dessa diretriz viária, não necessariamente rua. Maurício pergunta: a questão das áreas, daqueles índices que estão querendo fazer, no meu entendimento, desapropriações indiretas, essa questão acima da cota de 50m. Sempre defendi que ninguém tivesse prejuízo, onde a pessoa tem uma área que vai da cota 20m até a 100m, teria no mínimo usar o índice lá de cima pra construir mais embaixo, então essa questão desses índices? Fabio responde: definimos a cota 50m através de estudos volumétricos de paisagem. Naquelas imagens que eu apresentei na centralidade, fizemos simulações de perspectivas para vários níveis de cotas e percebe-se que a cota 50m é a que faz a transição hoje entre área edificada com a parte de morraria, onde realmente preserva a paisagem como ela está. Não foi pensado a questão de transferência de direito nessa faixa, por justamente entender que essas transferências geram distorções no planejamento urbano, perdendo controle de onde essa transferência se dá. Por isso não foi previsto. É uma proposta que foi colocada, de maneira nenhuma entende como verdade absoluta, entendo a preocupação de ocupações e foi uma preocupação com a zona dos acessos para ter um controle dessas áreas que estão acima da cota 50m, mas que tenha arruamentos já previstos, já tenha condomínios existentes, acessos, essas áreas tem que serem ocupadas ordenadamente. **VOZ MASCULINA** – essas áreas acima da cota 100m que já tem acesso foram contempladas nesse estudo. Maurício frisa que as ruas que já tem lá foram as favelas que fizeram. Maria Heloisa diz que o objetivo da reunião não é criar debate é apresentar o trabalho. Que terá um segundo momento, o de apresentar argumentações e manifestações por escrito onde um representante trará na próxima reunião, onde o conselho votará se quer alterar ou não quer alterar, essa é a dinâmica. Foi aberta para as pessoas que não fazem parte do conselho fazerem inscrições e se manifestarem por 1 minuto. Fabio e Rafael pedem licença para se ausentar e deixam a reunião, agradecendo a atenção de todos e que de alguma forma puderam ajudar e por participar e que surja uma proposta benéfica pra todos. Todos aplaudiram. **VOZ MASCULINA** – Será 1 minuto por pessoa e como a Maria Heloisa falou, para quem quiser buscar sua entidade que busque para ser representado. **Outra Voz MASCULINA** – quero pedir aos membros do conselho que façam uma reflexão do que aconteceu na história do Brasil com essa restrição em construções em morros, terreno que não se pode construir nada vale zero, é invadido. Se não houver uma modificação vai vir uma maloqueirada pra cá nessa região. Eu vim morar pra cá e quero ficar até morrer aqui, mas a hora que virar favela eu saio, tenho medo disso. Já temos lições o suficiente com as favelas do Brasil inteiro, é só olhar. Se tivesse uma casa no lugar de 200 casinhas de favela, seria mil vez melhor. Então pensem na taxa de ocupação que seja 3% acima da cota 100%, que seja 5%, 7%, mas não 0%, pois ele não vale nada. Alberto – primeira questão é com relação ??? a segunda é uma sugestão para que seja mantida uma faixa de vegetação própria da APA e não considerar a **MPM** como critério para definição. Maria Heloisa responde: com relação a APP, como o Fabio explicou ali, que o

Ar:

Silva

AM

Sig:

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten notes and scribbles on the left margin]

[Handwritten notes and signatures at the bottom of the page]

embaixo e as favelas em cima. É um absurdo não se permitir que se construa acima da cota 50 e da cota 100, o que as pessoas que tem terreno nessa área irão fazer? Qual é o problema de fazer uma boa construção em cima, olhe os exemplos da Europa, onde as boas construções estão em cima, os castelos. Pensem nisso, é pegar o terreno e não valer nada, é um absurdo. Lucas – todos falaram muito bem, mas como o Eduardo falou que é só olhar nas cidades vizinhas, como o Vinicius disse que aconteceu aqui na serrinha. Imagina se todos que estivessem voltando pra casa, tivessem que passar por uma área invadida? Filhos, mulheres voltando na madrugada por uma área invadida e todos sabem que depois que invadir não tira mais, não adianta mais. Temos que pensar muito bem, pode ser uma ocupação pequena, mas que tenha o morador cuidando. **Voz masculina** – discutimos muito sobre esse assunto, inclusive fui voto vencido e o argumento deles é porque isso não resolve porque tem áreas invadidas em locais que podem construir. Eu acredito que atenua, se tiver morador ali, será mais difícil de acontecer. Agora se os proprietários virarem as costas daí viveremos essa realidade. Niltinho – a minha família é um exemplo clássico disso, nós temos 3 áreas aqui no Estaleiro nessa mesma cota, só pra que vocês entendam que estamos gastando com advogado, mas se for assim vale largar e deixar invadir de uma vez. Uma casa conseguimos derrubar faz 2 anos na entrada aqui do morro da Sultepa, temos outra invasão aqui na frente que os caras entram e pra nós não terá muita serventia, não iremos conseguir usar aquela área. Estamos gastando sem poder usar, então largamos e deixamos o negócio crescer cada vez mais. Realmente tem que se pensar nisso, não adianta restringir a ocupação, é evitar o que já está acontecendo. Alejandro – eu imagino que tenha tido uma discussão bem forte sobre essa questão, eu até entendo as pessoas que defendem a não ocupação pelas nascentes e tudo mais. Hoje em dia sabemos e é uma utopia pensar que a fiscalização que existe vai impedir que haja ocupação lá. É bem mais fácil permitir a ocupação e fiscalizar aquelas pessoas que estão fazendo legalmente com as devidas restrições do que fiscalizar ocupações ilegais. Que seja permitido a ocupação. Layse de Taquaras – represento a minha comunidade e fiquei surpresa com os índices e os gabaritos, mas vou falar com nosso presidente pra ver o que poderemos sugerir, mas a minha colocação no momento é a questão também da cota acima da cota 50. Eu sou corretora de imóveis e nessa questão da Serrinha uma cliente falou da oportunidade de compra de uma área de 1000 reais por mês. Isso tudo representa invasão, trafico, drogas onde temos que ter um cuidado especial e talvez incluir o impacto visual e o impacto ambiental dessas construções lá em cima. Talvez ter uma diretriz de como construir nessa região. Paulo Caseca – terá um projeto diferenciado/especial nesse zoneamento? Vinicius – aberto a projetos especiais, por exemplo nas pontas, na chegada do Estaleirinho, um complexo turístico, condomínios, aqueles parques que foram colocados na área de parque, foi uma batalha que eu consegui colocar textualmente que se abra pra projetos especiais. Que tenha um projeto integrado, que seja público privado. A intenção nessas áreas de parques que não sejam parques congelados, que seja uma área público-privada. Maria Heloisa relata que no grupo optamos em trazer uma proposta mais conservadora para algumas áreas porque a vocação da maioria que estava naquele grupo era de urbanistas e pessoas que trabalham dentro do executivo municipal, que sabem do dia a dia o que acontece, sabe das invasões, sabe da inoperância do poder público em fiscalização e tudo isso. Optou-se em trazer uma proposta mais conservadora para algumas áreas justamente para o conselho gestor em acordo com as pessoas que serão ouvidas assumem a responsabilidade da opção que fizerem. Nós estamos melhorando a qualidade dessa APA, ela já foi no passado uma área bem devastada. Vinicius – complementando a pergunta do Sr Paulo, qualquer empresário pode apresentar projetos especiais em qualquer área da cidade, agora aqui na APA se o projeto especial vai passar pelo conselho, ele mesmo aprova ou o mesmo tenha que passar pelo mesmo tramite

de qualquer projeto especial da cidade. Meu nome é Victor eu queria saber assim a região aqui ainda tem muita vegetação remanescente ela é praticamente toda de mata atlântica ou de restinga com algumas espécies endêmicas ou ameaçadas de extinção, eu queria saber se nos projetos de centralização de centros e na projeção de população foi analisado a dificuldade que é diria até a impossibilidade que é de obter o licenciamento ambiental aqui na região devido a impossibilidade de conseguir autorização do predecessores de vegetação que e o posicionamento no IMA e outros órgãos. Maria Heloisa responde: na realidade hoje nós temos uma dificuldade nesta região. O licenciamento ambiental e muito claro para qualquer região, ele tem que atender a legislação municipal porque o município é o único que pode dizer não para tudo, mas ele não pode autorizar nada sozinho, ele tem que atender legislação municipal, estadual e federal. O licenciamento ambiental vai olhar esse aspecto a supressão de vegetação tem a legislação bem clara e hoje eu lhe diria que ela é extremamente permissiva para esta região de certa forma teoricamente nós poderíamos cortar até 50% de vegetação existente sem considerar a APP e tudo mais. Ela é permissiva e mais permissiva ainda do que o plano de manejo que está sendo tratado nós vamos preservar as áreas vegetadas existentes em alguns zoneamentos a área vegetada existente ela deve permanecer no imóvel em troca de área permeável seria o incentivo a área de vegetação, isso sem dúvida nenhuma com o plano de manejo ou não o licenciamento ambiental vai se voltar para o plano de manejo e as regras do plano de manejo que seria a legislação da área ser avaliada. **Voz masculina** - O que se dá hoje é o problema de Taquarinhas. Laurindo se apresenta como o vice-presidente reeleito da associação dos moradores do Estaleiro e quis deixar direcionado aos conselheiros e aos novos que estão chegando agora que realizaram uma consulta popular, uma eleição com o aval da Justiça eleitoral e ministério público acompanhando onde por exemplo na praia do Estaleiro ficou voto vencido mais de 70% da possibilidade de ter mais de cinco pavimentos e 50% de ocupação então eu quero que vocês entendam que tudo isso aqui será levado ao conhecimento da associação que eu represento e vai vir deles também um diagnóstico para apresentar a praia de vocês, então espero que vocês conselheiros entendam que eu represento uma comunidade de 3.000 mil pessoas quando alguns conselheiros representam apenas uma minoria. Nós mostramos a transparência destas reuniões a comunidade que aqui vive mora tenta empreender aqui, então eu gostaria que vocês conselheiros que tem o poder pelo voto levasse em consideração que cada associação de morador traz aqui ao conhecimento de vocês, momento algum aquela busca de lotação nossa foi infringir qualquer alteração na legislação ambiental de querer aumentar os índices aos extremos e tal nos trouxemos a vontade da população dentro da legalidade ambiental então peço que vocês pensem um pouco na vontade de quem aqui vive tenta empreender e é daqui que a gente se sustenta, isso que a gente precisa nessa região então gostaria que o que a comunidade trouxe aqui fosse visto de outra maneira se duvidar até com um peso maior perante a qualquer outra entidade. Obrigado. Vivian se apresenta e diz que tem muitas colocações mas como tem pouco tempo, gostaria de dizer que senti um pouco de falta da questão dos afastamentos que no plano da Ecolibra é extremamente restritivo e inabilitava algumas áreas, eu queria saber se isso vai ser abordado neste estudo prévio trazido junto? Senti falta da definição sobre declives que hoje é uma grande questão em discussão não só para fingir emoção diária, mas em termos de ocupação. Eu concordo com a questão do acima de 50 % por que ao contrário do que foi comentado ali eu entendo, pelo pouco que sei, que o código florestal ele já é extremamente restritivo em relação a declives em relação ao estágio de supressão de vegetação então a baixa ocupação destas áreas ela é naturalmente baixa não pela definição de um plano diretor mas por definição do código florestal, então eu acho que você conceder 50% de taxa de ocupação cinco pavimentos para algumas áreas que hoje tem um outro patamar e

em:

[Handwritten scribbles and signatures on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten notes and signatures at the bottom of the page]

tirar totalmente destas áreas, eu acho que no mínimo tem que ser pensado algum mecanismo de compensação pra você ter cinco pavimentos você tem que comprar um índice dos que estão tirando, você está tirando tudo. E por fim eu gostaria de ter acesso a este estudo para que a gente possa encaminhar o detalhamento, eu senti uma dificuldade de precisão deste mapa. Se puder disponibilizar esta documentação para que a gente possa encaminhar estas questões todas. **Voz masculina** - Em relação aos afastamentos foi tratado sim e vai chegar as tabelas para a senhora, e com relação as declividades nos já temos no código florestal e a gente já tem nas leis municipais. Maria Heloísa dá continuidade pedindo para abrir a votação do calendário de trabalho. Diz: Então a nossa sugestão que a gente sabe que é pouco tempo então por isso nós temos que votar seria receber as manifestações de vocês da análise destes documentos em 15 dias é como vai dar em cima do Natal e nos também não vamos tirar a noite de Natal para analisar documentos com vocês, então a gente tem esta flexibilidade de jogar mais pra frente só que isso significa que o mês de Dezembro inteiro seria para vocês mandarem as manifestações, poderia manter 15 dias depois, na primeira quinzena de Janeiro nós teríamos para copilar estas informações e na segunda quinzena da primeira semana a gente apresenta para o conselho para discussão ai a gente começa talvez sejam reuniões que demoram um pouco mais, talvez vamos convocar mais reuniões porque nós vamos votar e discutir algumas coisas então talvez a gente precise de mais de uma reunião. **Voz masculina** pergunta se dará o prazo para enviar para o Poletti para ele adequar o plano e apresentar em fevereiro para a justiça? Maria Heloísa responde que voltaremos com o grupo de trabalho para descrever o que foi definido e só encaminhar para poder passar para o professor Poletti. **Voz Masculina** questiona se não será um gasto de tempo à toa debater e discutir se já foi debatido? Maria Heloísa diz que a proposta definida votada aqui nós temos que colocar para o público para descrever o que foi definido e poder encaminhar para o professor Poletti fazer as alterações. Então isso tem um tempo e a gente está com a corda no pescoço que seria Fevereiro mas por isso que a gente tem que tomar cuidado com o calendário para poder respeitar, nem sempre é o que a gente deseja, como já falei o ?Plano de zoneamento demora para engrenar até que o trabalho amplo não esteja em atraso. Nós teríamos que marcar esta reunião para no máximo 15 de janeiro e semana a semana regrada até fevereiro. Então a minha proposta seria a gente receber as propostas até o dia (debate sobre o dia sem definição) continua sem definir a data. Obvio que estamos em uma democracia a maioria vai definir o que vai ser feito, então só o que eu posso é quando vocês apresentarem as propostas de alterações apresente fundamentadas para que a gente possa alterar pois não adianta olhar um zoneamento só e colocar mais três pavimentos no zoneamento esquecendo que o outro tem cinco tem um aporte enorme na APA como um todo, tem que apresentar se esta mudando um zoneamento aqui, tem que diminuir o outro aqui, então tentem nos apresentar propostas mais próximas disso porque este tempo de trabalho nosso ali acaba sendo um pouco menor e ai a gente parte pra votação o que a maioria indicar. Então até o dia 06 de Janeiro a gente recebe as propostas, repito nós vamos encaminhar para os conselheiros para eles distribuírem para quem achar que é necessário e nos só vamos receber propostas dos conselheiros, então vamos enviar por e-mail ou protocolado na secretaria de meio ambiente e ai estas propostas protocoladas pelos conselheiros é que vão ser analisadas. **Voz Masculina** À medida que as associações as entidades vão enviando as propostas que já se encaminhe uma cópia a todos os conselheiros para eles saberem do que se trata e saber que já tem uma associação pedindo uma determinada alteração e já vai se preparando para votar. Estabeleceu se a data para entrega das propostas até dia 06 de janeiro sendo pelo e-mail conselhoapacostabrava@gmail.com ou sendo no protocolo da secretaria o meio ambiente. Ficou estabelecido que no dia 15 de

Am

Heloísa

AM

Sig.

AM

AM

AM

Handwritten scribbles and marks on the left side of the page.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

janeiro será a primeira reunião do ano para começar a deliberar sobre os estudos. Também estabeleceu se reuniões 21 e 29 de janeiro. Todos de acordo ninguém se opôs. As 21:30 horas a reunião foi encerrada.

[Handwritten signature]

[Large handwritten signature]

[Small circular handwritten mark]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

ASTM

Sag...

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

ASTM

ilb... ..

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

REUNIÃO ORDINÁRIA

04/12/2019

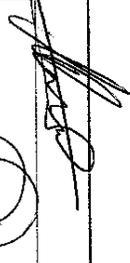
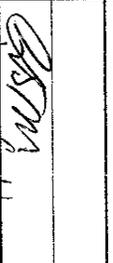
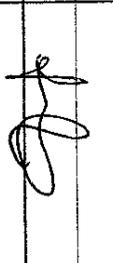
ENTIDADE	CARGO	CONSELHEIRO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ACIBALC	titular	Paulo Juneck	paulojuneck@gmail.com	47 99757-003
ACIBALC	suplente	Fernando Assant	executivo@acibalc.com.br	47 999240394
AOCEANO	titular	João Thadeu de Menezes	jtadeu@gmail.com	47 991880808
AOCEANO	suplente	Fernando Diehl	fdiehl@terra.com.br	47 988054691
ASSOCIAÇÃO DA PRAIA DO PINHO	titular	Adriana Fonseca Paulo de Souza	adriana@moveifonseca.com	47 996095942
ASSOCIAÇÃO DA PRAIA DO PINHO	suplente	Djan Dinis de Souza	djandin@yahoo.com.br	47 999793700
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ESTALEIRO	titular	Vinicius de Castro Oliveira	virtus@gmail.com	47 999479062
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ESTALEIRO	suplente	Sueli Kretzer	sueli3bc@hotmail.com	47 999196764
ASSOCIAÇÃO ESTALEIRINHO	titular	Felipe Manoel Rosa	segredosdooceano@hotmail.com	47 996061562
ASSOCIAÇÃO ESTALEIRINHO	suplente	Carlos Eduardo Ferreira	carlooseduardoferreira.adv@gmail.com	47 999686898
ASSOCIAÇÃO TAQUARAS	titular	Marcelo Peixoto	contato@quintaldomar.com.br	47 988030730
ASSOCIAÇÃO TAQUARAS	suplente	Jair Euforzinho	0	47 991644933
AVANTIS	titular	Bernardo Werner <i>deleborabomgestao</i>	bernardo@avantis.edu.br	47 988543414
AVANTIS	suplente	Luciana Moser	luciana.moser@avantis.edu.br	0 0
BOMBEIROS MILITARES	titular	Rodrigo Shardong	13_1cmt@chm.sc.gov.br	47 992509050
BOMBEIROS MILITARES	suplente	Anderson Alves Izidoro	13_1sgt@dm.sc.gov.br	0 0
CEPSUL - ICMBIO	titular	Jayne Machado Cabral	jayne.cabral@icmbio.gov.br	47 999789904
CEPSUL - ICMBIO	suplente	Felipe Farias Albanez	felipe.albanez@icmbio.gov.br	47 991018374
COLÔNIA DE PESCADORES Z-7	titular	Valdeir Manoel da Silva	coloniadepescadores-z7@hotmail.com	47 996803723
COLÔNIA DE PESCADORES Z-7	suplente	Pedro Francisco Rodrigues	0	0 0
COMITÊ DA BACIA DO RIO CAMBORIÚ	titular	Enio Faqueti	eniofaqueti@gmail.com	47 991311750
COMITÊ DA BACIA DO RIO CAMBORIÚ	suplente	Antonio Carlos Mesquita Leite	anschau@epagri.sc.gov.br	47 33986230
CRECI	titular	Pedro Paulo da Silveira Severo	pedroimoveisbpc@gmail.com	47 991967759
CRECI	suplente	José Maurício Girolamo	mauriciovendas@terra.com.br	47 984040777
EMASA	titular	Thiago Brondani	thiago_b@emasa.com.br	47 999345551

deleborabomgestao
deleborabomgestao@avantis.edu.br

deleborabomgestao
deleborabomgestao@avantis.edu.br

deleborabomgestao
deleborabomgestao@avantis.edu.br

REUNIÃO ORDINÁRIA

ENTIDADE	CARGO	CONSELHEIRO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	04/12/2019
EMASA	suplente	Merielen Leal dos Santos	merielen_s@emasa.com.br	47 996990019	
FUNDAÇÃO CULTURAL	titular	Lilian Martins	lilianmartins@culturbc.com.br	47 991934030	
FUNDAÇÃO CULTURAL	suplente	Ingrid de Castro Rosa	0	0	
ICCO	titular	Marcia Regina Gonçalves Achutti	m.achutti@terra.com.br	47 999706665	
ICCO	suplente	João Santo Garvasio	iccoadm@tracao@terra.com.br	0	
ICCO	titular	Fausto Alvarez	0	0	
IDEIA	suplente	Alexandre da Silva de Medeiros	alexandremedei@roshicolor40@gmail.com	47 991674514	
IMA	titular	Vinicius Ferratti	viniciusferratti@ima.sc.gov.br	47 999788407	
IMA	suplente	Daniel Fossa da Paz	0	996164764	
OAB	titular	Mario Clivati Neto	marioclivati@hotmail.com	47 999957282	
OAB	suplente	Ana Clara Souza Carr Pinheiro	anaclaracarr@gmail.com	47 999120551	
POLICIA MILITAR AMBIENTAL	titular	Eduardo Cáceres Miotto	pmabalarflocmt@pm.sc.gov.br	47 33985975	
POLICIA MILITAR AMBIENTAL	suplente	Lurema Kharoviz	pmabalarflocmt@pm.sc.gov.br	47 996774400	
QUILOMBOLA	titular	Suell M. Teodoro	suellteodoro@gmail.com	47 984824725	
QUILOMBOLA	suplente	Anderson Bertuzzo	0	0	
SECRETARIA DE OBRAS	titular	Osmar de Souza Nunes	mazoca1951@gmail.com	47 999837572	
SECRETARIA DE OBRAS	suplente	Roberto Pereira de Farias	robertopereiradefaria@hotmail.com	47 996589999	
SECRETARIA DE TURISMO	titular	Eduardo Renan Iba	eduardo.iba@bc.sc.gov.br	47 999772303	
SECRETARIA DE TURISMO	suplente	João Carlos Rebelo da Cunha	joao.carlos@bc.sc.gov.br	47 996362121	
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO	titular	Adeltraud Zoschke Schappo	gabineite.planejamentourban@bc.sc.gov.br	47 999836038	
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO	suplente	Jackson R. Vieira	0	0	
SEMAM	titular	Maria Heiolsa B. C. Furtado Lenzi	diretorambiental.semam@bc.sc.gov.br	47 999773815	
SEMAM	suplente	Carin Dorow	0	999773389	
SINDUSCON	titular	Alex Haacke	alex@haacke.com.br	47 999289174	
SINDUSCON	suplente	Robson Cassol	contato@sindusconbc.com.br	47 999270334	

REUNIÃO ORDINÁRIA

ENTIDADE	CARGO	CONSELHEIRO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	04/12/2019
AUTS C. DE AUSTO	PROPRIET		AV. ATÂNTICA, 770	999836280	
WIRIAM KLEEBANK	PROPRIETARIA		Av. Redesimão Pavão s/n		
ALYSON SANTANARI	PROPRIETARIA		Av. Redesimão Pavão s/n	999836280	
NELSON SEIL DUARTE	PROPRIETARIO		nelsonschduarte@gmail.com	(49) 996055455	
M & N OLLIVEIRA					
Juliana Vieira	Proprietária		Dominson maqna	4299351630	
Allyne	" "			479997975	
Rejmo Lomcz	PROPRIETARIO		Rejmo@remtomil.com	47 99129118	
NEZARON DE MEXIROS	ONS IDIA		ALZONDA NEZARON DE MEXIROS@GMAIL.COM	991674544	
EUFRASIO P. DA SILVA	PROP.		ASCOA@GMAIL.COM	991896867	
Paulo Casella	eng.		Wa Corp a terra e sa	99096667	
Regina Marcello	Asser Top		diretor@negociar.com.br	99096667	
Carlos Maeda	" "		maeda@finc.com.br	41155975012	
Associação de Propriedades - FCB	COORDENADORA		ana.guarl33@gmail.com	991570266	
ASSOC PROPRIEDADES TERRAS	MEMBRO ASSOC		leise bife@gmail.com	47 999037333	
MOEDOR TERRAS			ore more@gmail.com	47 999037333	
NERAY DE VARGAS			Vargas, tech@pyra.com.br	39477-2662	
William F. Guada			guada@qiminda.com.br	994159333	
Carla Regina	Proprietária		Cs. KRUGER@uol.com.br	99932-0818	
VICTOR ZONZO	ENG.		VICTOR@OPPYAMBIENTAL.COM	99635-1464	
ROBSON NETTO	ENG. FLOREST.		robson@ppambiente.com	998991807	
OTAVIO N. SCHULTZ	MOEDOR		otavio1962@gmail.com	991836335	
WILSON NETTO	MOED.		ce@zoro.com	991836335	
Dyego L. Santos			ALCN.DYEGO@GMAIL.COM	991836335	
Associação de Propriedades	Proprietária		Associação de Propriedades	991836335	

REUNIÃO ORDINÁRIA

ENTIDADE	CARGO	CONFERENTE	ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	04/12/2019
CAMPOLIA	SECRETARIA	EVANILDO FONSECA	ANAKOR RODRIGUES	32632105	
ASS. PRAIA DO PUAHO		ALVARO		996676163	
MILAGROS UNIP	VICE PRESIDENTE	IVSA		996690065	
Praia do Pinho		Amélia Figueira		99919-1099	
ESTALCIS	CONSELHEIRO	OSCAR D. DA	oscar@univali.br	996432991	
UNIVALI	CONSELHEIRO	José Maurício Giubiano		999254642	
CRECI	DIRETOR	Edvaldo Mendes		989040777	
Somom	DIRETOR	Roberto Cruz	abataleiro@hotmail.com	991493033	
Busado Sotkin Village	MEMBRADO	Roberto F. Augusto	robusto@svlpa.com.br	991266882	
AMS					



